José Luís Ferreira Mendes

Do "imobilismo" à mudança acelerada nos meios rurais

Uma das características tradicionalmente atribuídas às sociedades rurais é o seu aparente imobilismo. E, de facto, no passado, as transformações dessas sociedades eram, por via de regra, muito lentas. Actualmente, porém, designadamente na Europa ocidental, os meios rurais encontram-se submetidos a transformações rápidas e profundas. Essas transformações foram induzidas principalmente pela industrialização e pela urbanização, mas traduzem-se em modificações internas aos próprios meios rurais e atingem-nos em todos os níveis da realidade social e cultural e em todos os sectores de actividade. Traçando o quadro das mutações em curso, o autor faz ressaltar a necessidade de investigações de sociologia rural.

1. Introdução

A rapidez das mudanças e da evolução é uma das características mais marcantes da nossa época. As constantes modificações da economia e da técnica deram origem a profundas transformações nos mais diferentes domínios, ao mesmo tempo que obrigaram os vários tipos de sociedade a uma maior interdependência. No século passado, a maioria das populações viviam circunscritas na sua própria região ou no seu próprio país, no contexto duma cultura tradicional conservada quase exclusivamente por elas próprias, e não tinham senão contactos esporádicos com o resto do mundo. Hoje, isto já não é possível, nenhum núcleo humano se pode manter à margem dos acontecimentos que se desenrolam na sua órbita exterior.

Este processo dinâmico e evolutivo provoca tensões em muitos domínios da actividade humana e, talvez mais que em nenhum outro, nas comunidades rurais onde, subitamente, progressos técnicos revolucionários, novos métodos de exploração e processos industriais modernos se impõem a populações habituadas a uma rotina paralisante, cujas raízes mergulham num passado distante.

O problema torna-se ainda mais complicado em virtude de as transformações não serem apenas de ordem tecnológica. O estreitamento das relações e da comunicabilidade a vários níveis entre culturas diferentes, nos domínios económico e técnico, arrastou consigo uma permuta constante de ideias, de normas e de valores novos, de forma que as mudanças que se produzem neste ou naquele sector da vida social afectam também, geralmente, outros

campos de actividade humana. Para além disto, sempre que a adaptação duma sociedade a uma situação nova se processa de uma forma incompleta, isto é, quando todos os seus elementos a não realizam ao mesmo ritmo, manifestam-se desajustamentos e atritos, por vezes com consequências caóticas. Por isso se vai afirmando agora a necessidade de controlar e orientar todo este processo evolutivo, bem como a correspondente adaptação das sociedades.

Geralmente, o factor económico afigura-se duma extrema importância neste processo evolutivo, mas cada vez mais — e muitas vezes através de experiências dolorosas — os especialistas do planeamento se vão convencendo de que, por muito importante que seja, o simples estudo económico não consegue assegurar um rumo seguro às intervenções necessárias. Certamente que a agricultura poderá ser considerada como uma actividade económica; contudo, também é indiscutível que ela não pode ser exclusivamente comandada por fins lucrativos e que, por outro lado, se torna indispensável considerar e conhecer a sociedade rural que dela participa como uma entidade própria, analisando a sua estrutura, as suas funções e a sua cultura específicas.

Simultaneamente, a debandada dos que todos os anos vão deixando os campos [1], arrastando consigo o desaparecimento quer de artesanatos, quer de comércios locais, e, além disso, a contínua urbanização definidora de uma utilização cada vez maior do solo pelas actividades secundárias ou terciárias levam a interrogarmo-nos sobre duas questões essenciais, cujas respostas não podem dispensar o recurso ao sociólogo:

> Que mundo rural está em vias de se criar espontaneamente sob os nossos olhos pela combinação e acção dos diferentes factores económicos e sociais e como se situarão nele as actuais e futuras sociedades rurais?
>
> Que políticas de desenvolvimento se deverão adoptar para facilitar as mutações humanas e técnicas no sentido de assegurar a todos os habitantes das zonas rurais um nível de vida capaz e independente da sua localização no País?

Travar a marcha das transformações é impossível, mas seria igualmente um erro grave deixar livre curso à evolução. Sem ideias directrizes, nem planificação, produzem-se tensões e crises, por vezes irremediáveis.

A necessidade de se resolverem os problemas inerentes à evolução da sociedade rural manifesta-se por toda a parte. No entanto, a natureza particular destes problemas nem sempre é fácil de determinar. Se fossem de ordem puramente técnica e económica, aqueles problemas poderiam ser torneados pelos especialistas do planeamento rural; porém, invariavelmente, eles são sempre, pelo menos em parte, de natureza social, e então aqui o recurso ao sociólogo rural revela-se indispensável.

---

[1] Cerca de 1 000 000 de portugueses nos últimos dez anos, isto é, uma média anual de emigração de 100 000 pessoas.

Este artigo foi concebido para facilitar uma mais perfeita e real compreensão da sociologia rural [2], dos seus problemas na fase actual da história agrária e do papel que ela deve ser chamada a desempenhar em domínios perfeitamente definidos. Desejamos, fundamentalmente, que ele se possa traduzir num modesto contributo para a promoção de bem-estar das populações rurais portuguesas, fornecendo aos interessados na matéria uma perspectiva dinâmica das mutações que se vão desenrolando no meio rural e, simultaneamente, assim o desejaríamos, suscitando o interesse de um público mais lato pelas tarefas e pela acção essencial da sociologia rural.

2. A sociologia rural como domínio de investigação

2.1 *Importância teórica e prática*

A sociologia rural é um ramo da sociologia geral, partilhando com ela um mesmo corpo de doutrina e de métodos. A sua especificidade consiste em se limitar à análise das formações sociais e do tipo de cultura que dizem respeito ao mundo rural.

Neste contexto, o âmbito da competência do sociólogo rural abrange todos os tipos de sistemas sociais — tais como associações, agrupamentos vários e instituições da população rural; o estudo das ideias, das atitudes, dos valores e também da população. Compreende ainda o estudo das funções, das transformações e das tendências dos meios rurais, bem como das suas estruturas.

A observação e a compreensão das relações sociais e da vida dos grupos apresentam, em si mesmas, um interesse real, independentemente de qualquer consideração de ordem prática. O conhecimento do homem vai-se enriquecendo pelo estudo dos géneros de vida que caracterizam os diferentes meios humanos e sociais.

Contudo, analisando as coisas sob uma óptica realista, reconhece-se facilmente que a observação e o estudo dos comportamentos sociais das populações rurais foram estimulados e acelerados em larga medida, por via da sua grande *utilidade prática* numa acção eficiente de promoção rural, o que aliás era confirmado pela própria experiência. Com efeito, e só para dar alguns exemplos, citem-se apenas as dificuldades sentidas no respeitante à vulgarização das novas técnicas e métodos, nomeadamente na susceptibilidade de assimilação, na escolha e formação dos intermediários ou agentes de vulgarização e na linguagem a utilizar.

A tradicional reserva, «acanhamento» ou desconfiança dos agricultores, a sua tendência para admitirem exclusivamente o argumento prático e eficiente, bem como para se inspirarem no exemplo do seu vizinho, tudo isto, e muitos outros aspectos, evidenciou claramente que o modo da vida rural afecta profundamente a maneira de pensar e de agir das populações rurais relativamente

[2] Entendida *sobretudo* como disciplina *aplicada,* e não como disciplina *teórica. (N. da R.)*

às solicitações externas. Abriu-se, assim, um vasto campo à investigação psicossocial das populações rurais.

As transformações do território, e em especial a organização do espaço rural, resultantes da expansão quer dos novos padrões da cultura urbana, quer da nova tecnologia, deram origem a inúmeros problemas que interessam ao sociólogo. Tornam-se cada vez mais numerosos os campos de acção que requerem estudos deste tipo: expansão e vulgarização do cooperativismo e associativismo agrícola, princípios orientadores das associações profissionais, emparcelamento das explorações, reforma das estruturas agrárias e do regime social das populações rurais, ordenamento agrícola e reorganização dos serviços públicos, nomeadamente no plano educativo e recreativo, são, entre muitos outros, alguns exemplos de casos em que o recurso ao sociólogo se manifesta como indispensável.

De facto, são cada vez mais frequentes as situações que exigem, não só um conhecimento de dados de ordem técnica, mas também outros referentes, por exemplo, aos usos e costumes, às preferências dos interessados, às suas disposições para colaborar numa acção proposta. Muitas vezes sucede que uma determinada transformação que, sob certos pontos de vista e critérios, deve ser considerada como um progresso considerável origina, por outro lado, graves perturbações noutros domínios. Não seria possível, tantas vezes, desencadear um conhecimento prévio das condições psicossociais em que se vai actuar, de forma a poder dispor de meios que permitissem evitar o risco de soluções ditadas por uma incompreensiva tecnicidade, completamente estranha aos padrões de cultura e comportamento das populações? [3]

Podem-se diferenciar, vantajosamente, nesta investigação três fases ou estádios: primeiramente, a do exacto conhecimento dos fenómenos e das suas inter-relações; depois, a indicação dos mecanismos e das tendências que permitam formular previsões; finalmente, a coordenação e a ligação entre a investigação e a acção através da avaliação dos resultados, o que permitirá orientar novas decisões.

Ao ser interpelado no início da preparação de um determinado programa, o estudo sociológico pode estar em condições de fazer salientar as consequências de ordem social que a sua implantação originaria, em virtude do jogo normal das interacções e dos mecanismos sociais. Deste modo, os planificadores podem ser conduzidos a prever e considerar um certo número de implicações inerentes ao seu projecto e a rectificá-lo, se for caso disso.

---

[3] Um excelente e conceituado investigador de sociologia rural nos Países Baixos, o Prof. E. W. HOFSTEE, apresenta, num interessante estudo demonstrativo, exemplos variados de inquéritos respeitantes à solicitação dos agentes de vulgarização pelos agricultores e empresários agrícolas, ao grau de evolução da mentalidade dos agricultores entre o tipo tradicional e o tipo moderno, à coexistência de diferentes gerações na exploração agrícola, à repartição dos diferentes tipos de unidades de exploração pelos novos *polders* criados: E. W. HOFSTEE, *Rural Sociological Research and Its Importance for the betterment of rural life*, conferência proferida em Muinter na Tire Roscrea, Irlanda, em 17 de Agosto de 1958.

Não se entende oportuno inventariar aqui os domínios em que se reconhece a *utilidade prática* da sociologia rural, mas simplesmente dar algumas indicações do tipo de serviços e vantagens que ela pode ser chamada a fornecer. De qualquer forma, deve-se perceber que as responsabilidades e o campo de actuação da investigação são perfeitamente diferenciados dos da acção aplicada. Com efeito, não compete ao sociólogo, como tal, nem elaborar programas e planos, nem entregar-se a tarefas de educação e persuasão, e menos ainda exercer quaisquer pressões em favor de uma política determinada. A confusão e a indiferenciação das possibilidades e das competências acabariam por tornar ineficazes, quer a investigação, quer a acção aplicada.

No extremo oposto daqueles que confundem erradamente a análise dos problemas sociais com a sociologia encontram-se aqueloutros sociólogos que, ciosos de preservarem a especificidade da sua disciplina, perguntam se o estudo dos problemas sociais não deveria constituir uma simples disciplina de pura observação. Contudo, estes últimos encontram hoje uma oposição crescente. Manifesta-se uma generalizada reacção contra uma concepção exclusivamente «positiva» da sociologia. Esta não se deverá mostrar indiferente aos valores e problemas da vida social, o que, aliás, não seria nem possível nem desejável. Poderá o sociólogo desintegrar-se do mundo em que se encontra e vive, «neutralizando-se» completamente? O cientista, o investigador, têm, como qualquer outra pessoa, as suas preocupações, os seus interesses, as suas preferências, que irão colorir evidentemente a sua visão e interpretação das coisas, assim como orientar o sentido das suas pesquisas.

Por outro lado, uma ciência que se mantivesse desinteressada de qualquer tipo de acção desmascarar-se-ia como demasiado vã e neutral. Desde logo se põe a questão de uma escolha ditada por uma escala de valores. Falar de progresso começa a ser já considerado como um lugar-comum, a não ser que se atenda a outros aspectos: qual é o padrão aferidor deste progresso, do qual apenas se estudam as condições? Será a justiça, a liberdade ou qualquer outro postulado duma mutação em que se terão de prever os meios eficientes e justos de realização, ou será apenas um mero índice econométrico facilmente indentificável pelos métodos estatísticos?

Na ausência de uma esclarecida e voluntária selecção dos seus valores, a sociologia arriscar-se-ia a conduzir a uma consagração eminentemente conformista das tendências actualmente observadas e, por assim dizer, a uma espécie de «sociocracia» cega e rígida [4].

2.2 *Âmbito da sociologia rural*

A maior parte dos sociólogos rurais limitaram durante muito tempo o campo da realidade estudado pela sua disciplina ao mundo

[4] J. UEWMAN, «Contemporary developments in rural life in Europe», e B. BENVENUTTI, «Institutional changes in rural life», relatórios apresentados ao congresso de Maynooth de 1966, in *Sociologia Ruralis*, vol. VI, 3-4, 1966, pp. 224 e 267.

agrícola e respectivos fenómenos. Com efeito, há pouco tempo ainda, em numerosas regiões, as populações rurais compunham-se quase exclusivamente de agricultores; podia-se então dizer que elas constituíam *uma sociedade camponesa*. Hoje em dia já não se torna possível manter esta limitação, em virtude da mutação profunda que, desde há algumas décadas, e de diversos pontos de vista, atingiu e modificou a população dos campos.

Estas evolução e reestruturação conferiram-lhe uma nova fisionomia, cheia de consequências de ordem social e cultural que, mantendo-a embora num plano diferente do da população das cidades, a separa e distingue nitidamente da antiga sociedade camponesa. Este mundo rural assim transformado, que engloba o grupo agrícola como um elemento fundamental, mas que o ultrapassa largamente, constituindo um conjunto heterógeneo, reclama, por sua vez, e com plenos direitos, o exame sistemático e conscencioso da sociologia.

3. A perspectiva histórica: o mundo rural em evolução

Seria impossível descrever o mundo rural de hoje sem o colocar na perspectiva em que ele próprio se situa cada vez mais nitidamente, isto é, na perspectiva da evolução e da transformação. A sociedade rural, na Europa ocidental, encontra-se em vias de transformação rápida e profunda. Para tentar compreendê-la torna-se indispensável encará-la no contexto desse dinamismo que a arrasta e comanda. É preciso aceitá-la em movimento.

Esta perspectiva dirige e orienta actualmente a pesquisa social, qualificando e situando os elementos da vida rural em relação ao passado e ao presente, de forma a investigar as causas duma estagnação ou duma transformação relativa. Estabelece comparações de diferentes estádios e procura aferir níveis de promoção e de atraso.

Antes deste período de transformação havia a vida rural tradicional no estado em que ela se manteve, com os seus traços fundamentais, durante longos séculos. Uma das principais características da sociedade camponesa era, com efeito, o seu aparente imobilismo, que se manteve até ao século XIX, se não até mais tarde, na maior parte da Europa. Não quer isto dizer que não tenha havido mutações — e algumas delas até bem sensíveis — na história do mundo rural até àquela data; o que acontece é que, no geral, elas foram extremamente lentas e prolongadas e que, por consequência, para as referenciar, é mais expedito fazê-lo por século ou meio século do que por decénio. Em comparação com o que se passou ulteriormente, esta longa era da vida e das sociedades rurais dá-nos de facto a impressão duma determinada fixidez e imobilismo. Considerava-se assim o agricultor como que situado «fora da história» (Spengler).

3.1 *Sociedade rural e sociedade global*

Se quisermos compreender a sociedade rural tal como foi e tal como é, temos de a situar a partir do topo, considerando-a num

quadro que, embora abrangendo-a, abraça igualmente os restantes elementos do conjunto social. A sociedade rural insere-se, mais ou menos intimamente, na sociedade global. Sempre existiram, aliás, ligações desta natureza; no entanto, a época contemporânea ampliou-as e fortaleceu-as muito particularmente. De facto, foi a aceleração extraordinária deste movimento de progressiva integração que constituiu, quer do ponto de vista sociológico, quer no plano económico, a linha de força mais importante na evolução recente das sociedades rurais.

Para além disto, a sociedade aparecia, até ao século XIX, como o resultado ou a soma de dois mundos «separados»: o das cidades e o dos campos. Os campos constituíam a quase totalidade do território, se considerarmos também as florestas e as zonas incultas que os prolongavam e envolviam. Aí se desenrolava um género de vida exclusivamente dedicado a tirar da terra o alimento necessário e a obter *in loco* tudo o que fosse indispensável à existência: vestuário, habitação, mobílias e utensílios domésticos e de trabalho. Organizando-se a vida social a partir desta função primária de subsistência, compreende-se bem que ela se baseasse essencialmente numa célula vital, a família, que constituía também a unidade de exploração e a equipa de trabalho. Em redor dela, a comunidade local apresentava um certo número de núcleos familiares agrupados e envolvidos numa rede social de entreajuda e de mútua defesa.

Neste pequeno mundo rural de então eram extremamente raros os não agricultores, cujas aspirações não ultrapassavam praticamente o nível de subsistência e cujos meios, aliás, não lhes permitiam levar mais longe as ambições. Os processos de trabalho, os métodos de cultura e de exploração pecuária, eram o fruto duma experiência acumulada das gerações anteriores, que, por sua vez, tinham sido constrangidas, pelos condicionamentos naturais, a consagrar as suas forças à tarefa primária de sobreviverem, sem poderem usufruir de tempo para se instruir e tentar criar algo de novo.

Sob um tal regime, a ocupação humana do solo era fatalmente muito dispersa e diluída. Agricultura e pecuária, desprovidas de meios para regenerar e conservar a terra, entregavam-se, em geral, a técnicas muito extensivas, de forma que o solo tinha de ficar em descanso após um ou dois anos de cultura, ao mesmo tempo que o gado encontrava a sua alimentação apenas nas pastagens naturais. Em consequência, uma população escassa e aglomerados populacionais esparsos pelo território.

Entretanto, outra realidade e outra sociedade apareciam na paisagem — as cidades. Eram conjuntos de habitações agrupadas — a que correspondiam elevadas densidades populacionais —, massas compactas de construções guarnecidas por algumas torres e de cariz inteiramente diferenciado do mundo rural.

Ao contrário dos campos, as cidades não se alimentavam a si próprias. Aí, toda uma população ou sociedade havia renunciado a produzir e garantir directamente os seus alimentos, para, em vez disso, se entregar quer a ocupações especializadas, quer à

fabricação de objectos vários — peças de vestuário, mobiliário, utensílios —, quer ainda ao transporte e distribuição destes produtos. Indústria e comércio formavam, assim, a base da actividade urbana, com exclusão da agricultura.

A sociedade urbana tinha, pois, como fundamento a possibilidade de troca. Dado que cada indivíduo não produzia senão os objectos que respondessem a solicitações fragmentárias tanto do produtor como dos compradores, a actividade citadina consistia num conjunto de prestações mútuas, cuja finalidade era a distribuição de um certo número de bens variados, elevando o citadino médio a um nível sensivelmente superior ao do agricultor. Assim se manifestavam a força e a virtude da divisão do trabalho e da especialização de tarefas. Este princípio de progresso económico implicava, numa época em que os meios de transporte eram raros, rudimentares, caros e pouco seguros, a formação de aglomerados populacionais cada vez mais densos, constituídos por estes fabricantes e distribuidores, que muitas vezes eram simultaneamente operários e comerciantes.

Assim apareceram, em vigoroso contraste, no conjunto de um país, a imensa toalha dos campos e os núcleos salientes e muito densos das cidades. Isto originou a formação de dois mundos, em cada um dos quais o género de vida e as instituições se desenvolveram de forma diferenciada, sob o impulso de factores diferentes. A vida camponesa gravitava em redor da terra — factor básico da produção; ela evoluía em função de *dados naturais:* riqueza dos solos, altitudes, clima, duração das estações, que regulavam estritamente as possibilidades de produção. Imagina-se facilmente que, nestas condições, a organização social não podia atingir elevados graus de diferenciação e complexidade.

Pelo contrário, nas cidades, a *capacidade humana* aparecia como o factor mais importante: aí se fabricava, se transportava, enfim, a técnica dominava a matéria-prima e as condições naturais. O esforço e a arte do operário faziam com o ferro, a madeira, ou a pedra aquilo que a sua inteligência e iniciativa lhe inspiravam em função do gosto de uma clientela. Quanto aos alimentos, embora eles continuassem a ser indispensáveis à sua existência, produzi-los não constituía tarefa para o citadino.

Convém, no entanto, precavermo-nos contra uma ideia ou padrão demasiado esquemático e simplista das coisas, para que possamos compreender a economia social de outrora. Havia, então, dois géneros de vida opostos e, paralelamente, duas espécies de cultura humana, talvez mesmo duas civilizações; mas, e isto é fundamental, entre as duas não existia qualquer ponto de ruptura da continuidade. Entre o urbano e o rural verificava-se, pelo contrário e frequentemente, uma interdependência permanente.

E, por estranho que isso possa parecer, a relação essencial entre estes dois mundos colocava o urbano na dependência do rural. As cidades, para se abastecerem, tinham de ir buscar os géneros alimentícios aos campos. A existência de uma cidade só se tornava possível através de um abastecimento regular em géneros alimentares produzidos numa região envolvente.

Uma tal relação supunha, antes do mais, que os agricultores estivesem dispostos a produzir para além das suas necessidades de subsistência e que, por conseguinte, dispusessem de quantidades suplementares. Em seguida, isto implicava uma entrega destes excedentes à cidade vizinha, o que explica como a dependência económica da cidade relativamente ao campo se converteu numa dependência social do rural relativamente ao urbano. Com efeito, os citadinos, agrupados e na posse de meios de pagamento, dominavam facilmente os rurais, não só os da periferia da cidade, mas também, muito frequentemente, para além desses limites. Deste modo, cidades e zonas rurais encontravam-se constantemente numa relação de troca e de poder.

Por outro lado, esta integração completava-se também por outras vias. Muitos proprietários de terras agrícolas residiam na cidade, descendentes de antigos senhores da terra, ou burgueses que haviam investido uma parte dos seus capitais na compra de terras, a fim de obterem rendas fundiárias. Simultaneamente, em muitas cidades habitavam agricultores que exploravam as terras da periferia. A esta dependência económica juntava-se a dependência política. Ainda que os regimes políticos tenham variado no espaço e no tempo, houve sempre uma integração política dos campos sob o domínio imediato ou mediato dum poder de decisão urbano. Todas estas ligações conduziram, assim, à subordinação dos campos às cidades: dependências políticas, económicas e sociais. Desta forma se realizava então a inserção dos rurais numa espécie de sociedade global.

Este quadro que acabamos de sumariamente descrever reporta-se a uma época que, em retrospectiva, vulgarmente se designa por «civilização pré-industrial». Com efeito, a partir duma determinada altura, estas condições começaram a modificar-se, levando às transformações radicais que hoje se observam. Os acontecimentos mais importantes neste domínio datam da segunda metade do século XVIII. Através de uma conjugação de novos factores, a indústria conheceu então um impulso e uma expansão surpreendentes. Resumindo em traços largos, referir-se-á a descoberta de novas matérias-primas, de novos processos de transformação e de novos meios de transporte (isto é, as próprias bases do desenvolvimento económico), que se aliaram à presença de capitais abundantes, permitindo a larga utilização daqueles recursos.

Assim que começou a extracção e utilização da hulha, que a máquina de vapor demonstrou a sua potência e possibilidades e que a indústria se desenvolveu de forma a produzir em larga escala, ficaram reunidas todas as condições para se abrir uma nova era da vida económica e social. A Inglaterra tomou a dianteira deste movimento, seguida de mais ou menos perto por outros países do continente europeu [5].

[5] Foi em 1786 que James WATT construiu a primeira máquina de vapor e em 1824 que Stephenson apresentou a primeira locomotiva.

3.2 *A sociedade rural em face da industrialização*

Pois bem, é do ponto de vista dos campos e das sociedades rurais que vamos agora analisar os traços mais salientes desta transformação.

Um dos mais relevantes consiste, sem dúvida, na concentração industrial. A metalurgia, com os seus altos-fornos, as fábricas de aço, as vidrarias, as tecelagens e outras indústrias de base ampliaram as suas dimensões e utilizaram fontes de energia cada vez mais poderosas. A indústria artesanal, à base de manufacturação individual e de instrumentos muito simples, que havia durado muitos séculos, foi assim suplantada. Ora esta mudança não afectou apenas os operários das cidades; atingiu igualmente as populações dos campos, pelo menos naquelas regiões em que a indústria artesanal se apresentava dispersa, penetrando nas zonas rurais, quer ocupando o excedente da população agrícola, quer permitindo aos agricultores utilizarem como artesãos uma parte do seu tempo. Por outro lado, o refluxo das actividades artesanais privava os campos, de forma variável segundo as regiões, de entradas de dinheiro muito apreciáveis, deixando as áreas rurais quase exclusivamente entregues à agricultura.

Além disso, o desenvolvimento industrial provocou, desde o princípio, um vigoroso apelo à mão-de-obra, ao qual a população urbana não poderia responder. Assim começou a drenagem dos campos pelas cidades, isto é, o êxodo rural, com início no século XVIII e muito acelerado a partir da segunda metade do século XIX. Os campos eram então considerados «reservas naturais» de mão-de-obra para a indústria e as cidades.

Se os campos se começaram em parte a despovoar, as cidades, pelo contrário, cresciam a um ritmo cada vez mais acelerado. Concentradas em lugares privilegiados, as indústrias constituíram o núcleo das grandes aglomerações populacionais. O fenómeno da urbanização intensiva apareceu como consequência principalmente da industrialização. E as invenções sucederam-se também rapidamente, as profissões especializaram-se cada vez mais, domínios novos se abriram à ocupação dos tempos livres, os transportes melhoraram consideravelmente (caminho-de-ferro, automóvel, barco, avião), produzindo no seio das cidades uma efervescência de actividades e um dinamismo que não cessou de multiplicar o *poder de atracção* da vida urbana através dos campos.

A agricultura contribuiu activamente para este surto industrial e desenvolvimento, fornecendo, não somente homens, mas ainda bens, contribuindo inclusivamente, de variadas formas, para o financiamento da industrialização.

Ora este desenvolvimento industrial e urbano iria conduzir a uma mudança nas proporções dos elementos constitutivos da sociedade global, traduzida numa perda de força relativa do mundo agrário. Actualmente, em pleno século XX, a população dedicada à agricultura varia entre 8 % e 20 % do conjunto da população activa nos países industrializados.

Contudo, esta mudança estrutural da sociedade global não afectou, aparentemente, a economia alimentar dos países, pois que a agricultura, à semelhança do que se passou com a indústria, começou a produzir cada vez mais e cada vez com menos braços, em virtude dos progressos técnicos alcançados, transformando-se assim numa «actividade crescente com população decrescente», além de que a facilidade de transportes tornou possível o abastecimento a partir doutros países.

Percentagem da população activa na agricultura em 1965

QUADRO N.º 1

Países	Percentagem
Áustria	20
Bélgica	6
Dinamarca	15
França	18
Alemanha Federal	11
Grécia	53
Irlanda	32
Itália	25
Holanda	8
Noruega	16
Portugal	40
Espanha	34
Suécia	12
Suíça	10

Fonte : *Atlas Mundial da Agricultura*, 1969, p. 16.

A evolução desenrolada acabou por conduzir a agricultura a uma posição inversa da inicial. Mesmo quando, em números absolutos, as alterações não foram muito sensíveis, o facto é que a população dos campos perdeu a sua importância relativa. Da preponderância ao equilíbrio — atingido em diferentes alturas, segundo o grau de industrialização dos países — e, depois, da igualdade para uma situação minoritária cada vez mais acentuada, esta regressão seguiu um curso que, sem ser isento de flutuações, não cessou de se dirigir no mesmo sentido. Considerado como mero elemento quantitativo no seio de uma sociedade global, o agricultor encontra-se hoje, nas sociedades industrializadas, representado por uma fraquíssima minoria.

4. A sociedade rural e os factores da sua transformação

Deste modo, se até uma data recente o mundo rural se caracterizava pelo seu tipo de *habitat* e de actividade, pelo seu modo de vida e pelas suas paisagens, nesta segunda metade do século XX já começam a tornar-se correntes as vozes dos que profetizam um mundo «sem camponeses» (entenda-se esta expressão, como é óbvio, no seu sentido evocativo), enquanto os economistas e téc-

Evolução da população rural e da activa agrícola em Portugal

(Unidade = milhar de habitantes)

QUADRO N.º 2

Anos	Distrito de Lisboa	População urbana (a)	Percentagem	População rural	Percentagem	Conjunto (população urbana + população rural)	Percentagem de população activa agrícola na população activa total
1911	685 335	1 113 211	20,1	4 434 497	79,9	5 547 708	—
1930	906 582	—	—	—	—	6 360 347	46
1940	1 070 103	1 795 560	25,0	5 389 583	75,0	7 185 143	48,0
1950	1 226 815	1 969 528	25,1	5 887 385	74,9	7 856 913	46,9 } ~ 6 %
1960	1 402 586	2 374 295	28,8	5 881 119	71,2	8 255 414	41,3 }

(a) Repare-se que já em 1960 a população do distrito de Lisboa rep resentava cerca de 59 % da população urbana total.

Fonte: J. L. Ferreira MENDES, «A organização do espaço e das sociedades rurais», in *Planeamento e Integração Económica*, Julho-Outubro de 1970.

nicos de planeamento nos apontam como tendência irreversível uma simbiose cada vez mais íntima entre a agricultura e a indústria, bem como uma uniformização das aspirações e dos estilos de vida.

Os progressos alcançados nos meios de comunicação e nos transportes foram permitindo um maior afastamento entre os locais de trabalho e as zonas residenciais, bem como a transposição para o meio rural de certos centros de decisão, o que justificou a actividade de uma crescente população activa dos sectores da indústria e dos serviços em meio rural e, ao invés, a residência permanente em meio urbano de empresários agrícolas modernos das zonas rurais circundantes. Nisto se pode sintetizar *a dinâmica da urbanização num futuro mais ou menos próximo.*

Para além disto, não só se deixou de admitir como razoável a identificação simplista do espaço rural com a superfície agrícola, mas ainda houve necessidade de aceitar que os centros populacionais mais importantes do meio rural virão a constituir o escalão primário da rede urbana do território no quadro de *um tecido urbano contínuo* que assegurará uma ligação dinâmica, em equipamentos e serviços, entre o meio urbano e o meio rural.

Com efeito, uma vez determinada a configuração da rede urbana, analisadas as relações entre as cidades, estudado o ordenamento interno dos sistemas urbanos, restará ainda uma parte dominante do território com características de geografia física, humana, económica, simultaneamente muito variadas e específicas, quer pelo seu papel de fornecedor de recursos naturais e matérias-primas, quer como suporte de certas actividades (agricultura, silvicultura, turismo, etc.), e, consequentemente, os modos de vida naqueles dois ambientes continuarão a ser significativamente diferentes.

Se admitirmos, numa mera hipótese, que no nosso país, no ano 2000, a população rural se situará à volta dos 40 % [6] da população global (13 000 000 nessa altura) [7], teremos a viver no mundo rural cerca de 5 200 000 pessoas. Deste modo, o estudo do espaço e das sociedades rurais apresenta-se, não como um mero problema marginal ou residual, mas sim como um trabalho fundamental a realizar, pois que respeita a uma população importante, distribuída pela maior parte do território.

Este espaço rural há-de, no entanto, continuar a ser conquistado, aqui e além, pelos tentáculos da expansão das áreas urbani-

---

[6] Tomando como população rural a população residente fora dos centros urbanos com 10 000 ou mais habitantes e que representava, pelo censo de 1960, cerca de 70 % da população do continente.

Se considerarmos, num critério mais realista, como população rural a residente fora dos centros urbanos com 5000 ou mais habitantes (77 % da população total segundo o censo de 1960) e se admitirmos que a referida relação população rural/população total descerá para os níveis actualmente constatados nos países mais evoluídos da Europa, poder-se-á tomar como referência os 30 %, o que significaria a presença de cerca de 3 900 000 pessoas a viver no espaço rural. Repare-se ainda que nestas hipotéticas projecções se não identifica a população rural com a população activa agrícola.

[7] Segundo o arquitecto Castel Branco, em comunicação apresentada no Colóquio da Habitação realizado em 1969.

zadas, por força das exigências próprias do desenvolvimento, e, simultaneamente, em consequência da evolução específica da agricultura e do processo de urbanização, manifestar-se-á uma crescente mobilidade da população rural, quer no sentido duma mudança no tipo de actividade, quer ainda na sua concentração em aglomerados populacionais mais importantes.

Estes dois fenómenos — a evolução específica da agricultura e a urbanização —, por poderem ser considerados como os verdadeiros elementos catalisadores da transformação e reorganização da sociedade rural, vão-nos merecer uma atenção especial, bem como as «correntes de ideias» que os apoiaram e contribuíram para a sua expansão.

4.1 *Evolução da agricultura*

A empresa de poliprodução, quer familiar, quer capitalista e industrializada, teve sempre na sua origem as exigências técnicas da agricultura do século passado; ora estas exigências não se impõem nos nossos dias com o mesmo vigor. Deste modo, o progresso técnico, que tem vindo constantemente a refinar e a adaptar os sistemas de cultura, permite hoje à agricultura beneficiar das vantagens da especialização e da produção de massa. Daqui ressalta claramente a contradição evidente entre a empresa de poliprodução e a complexidade crescente da agricultura. Assim, a agricultura não poderá, doravante, escapar a uma certa forma de divisão do trabalho.

A terra deixou também de ser o fundamento necessariamente absolutista da exploração agrícola. Com efeito, a evolução económica confere cada vez menos valor agrícola à terra, tornando esta um meio de produção relativamente menos importante que o equipamento mecânico e a competência do agricultor. Assim, o verdadeiro problema de qualquer empresário agrícola já não será o de conservar a sua propriedade, mas sim o de saber se a sua exploração estará condenada a desaparecer com ele ou se, pelo contrário, lhe sobreviverá.

O risco principal que hoje em dia pesa sobre o agricultor é o risco económico e cada vez mais se verificará no futuro que a segurança e a viabilidade da empresa agrícola serão comandadas pelos mercados. Deste ponto de vista, temos de concordar, portanto, que mais vale herdar uma boa clientela do que uma terra. Vemos, pois, aparecer em todos os planos a brecha que há-de provocar a derrocada da exploração familiar de poliprodução, que não poderá resistir por muito mais tempo à divisão do trabalho que se impõe em todos os sectores de produção.

Até ao presente, um dos aspectos característicos do agricultor das regiões minifundiárias é a indiferenciação dos seus papéis de produtor, de detentor dos meios de produção e de empresário. A conservação desta característica, se fosse possível, poderia aparecer aos olhos de alguns como desejável, na medida em que sugere um factor de equilíbrio e uma condição de liberdade e de realização para o agricultor.

Por esta razão, as organizações tradicionais defendem a exploração familiar, e neste sentido se compreende também, por exemplo, a tendência que existe para limitar os problemas suscitados pela estrutura fundiária dos minifúndios a uma simples operação ou legislação de emparcelamento, o que mostra bem como ela é fruto duma sociedade em que o conceito de propriedade domina e onde as exigências do futuro dificilmente conseguirão vencer as resistências do presente.

Numa época em que a técnica reduz fortemente a função económica da terra não será razoável, nem actual, incentivar uma legislação complexa respeitante à compra de terras pelos camponeses, a qual ficaria ultrapassada antes de ser aplicada. As tentativas para fixar as dimensões óptimas das explorações e o próprio emparcelamento aparecem-nos, assim, numa altura em que todas as estruturas agrárias se põem em questão, como simples «remendos» de ocasião.

Uma reforma profunda das estruturas fundiárias será inevitavelmente necessária, mas antes dela, e quiçá para que seja possível, será preferível talvez encaminharmo-nos para a especialização das produções e para a adaptação dos circuitos de comercialização e transformação, em vez de criar desde já um quadro fundiário que poderia apresentar o risco de condicionar limitativamente as evoluções futuras.

Uma divisão do trabalho e uma diferenciação mais acentuada das funções de cada um modificarão sensivelmente a disciplina do trabalho. As necessidades de horário e os imperativos de ciclos de produção mais curtos obrigarão a fixar novas regras à actividade quotidiana do agricultor. Este não poderá continuar a contar quase exclusivamente com a sua consciência, coragem e outras qualidades que tradicionalmente se lhe atribuem.

Com a motorização, o tempo técnico e urbano introduziu-se definitivamente no trabalho agrícola, levando consigo uma nova unidade de medida, que é a hora; esta nova medida encontramo-la nós, quer nos trabalhos pagos à hora, quer ainda na preocupação do agricultor que utiliza um tractor de não se esquecer de assentar na sua agenda, ao lado do número de litros de carburante despendido, as suas horas de trabalho. Assim, o tempo abstracto, constituído por unidades iguais, vai-se imiscuindo na actividade agrícola e, gradualmente, tende a modificar a escala temporal de tarefas cada vez mais numerosas.

Contudo, ainda que se levantem ao agricultor problemas de tempo numa perspectiva semelhante à do empresário industrial, há que salientar desde já que existe uma diferença essencial: é que o agricultor é tributário de ritmos naturais que não consegue manipular. Para os economistas que têm estudado o problema do trabalho nas explorações familiares, o objectivo capital é o de assegurar o pleno emprego da mão-de-obra disponível, quer aumentando as tarefas realizáveis nos períodos menos sobrecarregados, quer, por outro lado, diminuindo as tarefas em períodos de ponta.

É extraordinariamente positivo constatar que, no presente, a organização científica do trabalho na agricultura começa a aban-

donar o falso modelo da indústria para procurar as suas próprias soluções. Daqui resulta a tendência para não se preocupar tanto com o trabalho do agricultor como com o propor-se, pelo contrário, ajudar e ensinar o empresário agrícola a gerir e aproveitar convenientemente os seus recursos.

Com efeito, um aperfeiçoamento da gestão pode ter efeitos muito mais significativos e duradoiros sobre o aumento e melhoramento da produção que propriamente aqueles que seriam de esperar duma aceleração do ritmo de trabalho.

4.2 *A urbanização e a aculturação da sociedade rural à sociedade urbana*

Analisada — ainda que sucintamente — a importância que, em resultado da evolução específica da agricultura, os novos conceitos de espaço, tempo e trabalho, bem como as respectivas inter-relações, virão a ter no processo de mobilidade, redução e organização das populações agrícolas, passemos à análise do outro factor de transformação preponderante — a urbanização.

O crescimento urbano — exigido pela evolução das técnicas e dos modos de vida — não actua indistintamente sobre o espaço rural. De facto, há indícios de que, nas regiões em que a densidade populacional é forte e o enquadramento urbano não excessivamente polarizado, a urbanização é compatível e até favorece a manutenção de um certo quantitativo de população rural, que beneficia assim da proximidade dos serviços e duma maior possibilidade de emprego.

Pelo contrário, a forte polarização urbana, nomeadamente a opção de conferir prioridade às cidades de equilíbrio e capitais regionais, justificada por razões de ordem económica global e critérios gerais de ordenamento do território, é natural que, num certo número de regiões, acelere o processo do despovoamento rural.

Assim, se, por um lado, se nos deparam ainda enclaves quase rurais em zonas urbanizadas, por outro lado assistimos a uma penetração cada vez mais ampla dos «modelos urbanos» nos campos. Para além disto, há que fazer notar igualmente que não são sociedades rurais geograficamente localizadas com precisão que «se urbanizam», mas sim, geralmente, alguns grupos restritos no seio delas. Daqui advém a necessidade de interpretar e explicar as relações entre o campo e a cidade em termos de continuidade entre uma e outra, e não de oposição.

Por isso, e como já atrás o fizemos notar, ao falarmos de urbanização gostaríamos de a ver entendida, não como uma simples acção da cidade sobre o campo ou como o acréscimo da população das cidades em resultado da vinda dos rurais, mas sim como *uma dinâmica de vida em vias de se universalizar*.

Deste modo, a urbanização apresenta-se como um processo complexo, económico, social, cultural e mesmo intelectual e afectivo, definido mais pela sua orientação do que propriamente pelo seu ponto de partida. Não mais se deverão considerar o mundo

rural e o urbano como duas realidades estanques, mas sim como projecções ecologicamente diferentes de uma mesma sociedade em contínua invenção e transformação, num processo de aculturação biunívoco; no entanto, por agora, limitar-nos-emos às incidências que nas sociedades rurais este processo de transformação implica.

A aculturação da sociedade rural à sociedade urbana realiza-se entre grupos de volume diferente e sobretudo em posições de desigualdade social e, conforme as situações, entre um grupo e fragmentos da cultura do outro. A ambiência então gerada, tanto pode ser, pois, de expectativa e receptividade, como de hostilidade ou resistência, desencadeando normalmente reacções agressivas de conservação do modo de vida tradicional.

A assimilação ou resistência não se processa apenas sob um sistema de valores diferente, mas também num sistema caracterizado por uma situação que comporta relações sociais e realidades económicas absolutamente específicas: o mundo urbano reveste-se de poderio técnico e capitalista, enquanto o rural se apresenta inibido pela ineficácia do seu trabalho ou pela consciência duma disparidade intolerável.

Contudo, nem a influência da cidade sobre o campo, nem a elaboração duma sociedade nova à qual uma e outro irão pertencer, se traduzem na sociedade rural por uma simples série de estados de equilíbrio sucessivos. Pelo contrário, hão-de coexistir nela tendências contraditórias; certos grupos introduzirão novas atitudes ou valores por influência da proximidade da sociedade urbana; outros resistem porque permanecem prisioneiros do seu espaço tradicional. Este embate provoca nos grupos mais permeáveis — os jovens e as mulheres — uma tomada de consciência crítica, quer relativamente ao sistema urbano, quer ao sistema rural.

Em definitivo, a urbanização multiplica, desloca, divide os centros de interesse dos rurais que assim coloca diante de alternativas de transformação, e os grupos tornam-se então mais diferenciados ou até antagónicos. À exploração familiar autárquica opõe-se, por exemplo, a empresa comercial subordinada às decisões e flutuações da sociedade global.

Mais uma vez, também neste caso, não admira que o trabalho seja o foco central da polémica. Através da urbanização, os rurais vão modificando substancialmente o seu conceito tradicional de trabalho, trocando-o por o de um ofício claramente proporcionador de tempos livres. Começa-se a dissociar o conjunto trabalhador-trabalho-produto-consumidor, unidade na qual a possibilidade de escolha era muito limitada. Os trabalhadores tornam-se produtores ou prestatários de serviços, respondendo a uma procura social precisa por uma actividade especializada, remunerados em dinheiro, e situando-se assim numa encruzilhada de múltiplas mudanças económicas e sociais.

Neste aspecto, um dos fermentos mais poderosos que agitam fortemente as atitudes da sociedade rural tradicional é o do relevo com que bruscamente surge o conceito de consumo, enquanto ante-

riormente o trabalho significava a totalidade da sua existência. Os meios de comunicação de massa — a imprensa, a televisão, a rádio —, juntamente com o turismo e a escola, divulgam frequentemente, e sem cessar, modelos de bem-estar.

São estas as principais questões que a sociedade urbana coloca à sociedade rural, num desafio permanente à sua permeabalidade aos valores exteriores e, consequentemente, à força da sua coesão interna. Só admitindo este processo poderemos abrir perspectivas esperançosas para a sociedade a que esta evolução irá dar lugar.

5. As «correntes de ideias»

Para além dos diversos factores da mutação que o mundo rural sofreu ao longo da história e que anteriormente analisámos, há que referir certas «correntes de ideias» que, duma maneira mais ou menos consciente e voluntária, se manifestaram e espalharam no meio rural nas diferentes épocas.

5.1 *A ideologia liberal*

Cronologicamente, foi a primeira a evidenciar-se. «O lucro e o interesse são o verdadeiro móbil das acções dos homens. Cada indivíduo é o melhor juiz do seu próprio interesse.» Esta ideia teve uma entrada triunfante em meados do século XVIII. Até essa altura, a vida camponesa era comandada, na generalidade e no pormenor, pela tradição comum que inspirava e fundamentava numerosas práticas comunitárias. Mas aqueles que, no século XVIII, se apresentavam a si mesmos como os agentes do progresso não o separavam do princípio da liberdade individual, entendendo usar deliberadamente todos os meios ao seu alcance, sem admitir que qualquer entidade pudesse contrariar os seus desígnios, mesmo que fossem as comunidades locais a fazê-lo. A pressão exercida nessa época para se afirmar e definir o direito de herança era bem significativa: tratava-se, na verdade, não apenas de intervir na questão do usufruto das terras, mas fundamentalmente de pôr em causa a conservação de normas colectivas de origem ancestral, para se introduzir a livre iniciativa pessoal. Este debate histórico pode ser considerado como o teste demonstrativo da incidência nas sociedades rurais, nomeadamente sobre o direito rural, do movimento liberal de origem urbana.

Este movimento continua a desenvolver-se por todo o século XIX. As comunidades locais e as monásticas, por efeito da acção desse movimento, perderam uma grande parte das suas propriedades, afirmando-se assim cada vez mais o princípio de que o móbil individual era o verdadeiro motor do progresso. Deste modo, venderam-se os bens comunais, que passaram para as mãos de particulares.

A ideologia liberal reinou e dominou a economia e a política até ao fim do século XIX. Neste contexto, o mundo rural não se diferenciava desta imagem geral senão por uma resistência obstinada, mas impotente, de certos hábitos comunitários em diversas regiões.

5.2 *O movimento cooperativo*

Contudo, em fins do século XIX começa a desenhar-se nos campos uma reacção contra o princípio liberal, orientada para a procura de novas formas de empresa comunitária. Até esta altura, diga-se, aliás, que o liberalismo não havia impedido o aparecimento de certas formas de associação. Porém, estas sociedades de estudos, organizações de conferências, concursos, exposições, etc., visavam especialmente estimular a iniciativa pessoal; cada um continuava a ser o responsável absoluto pelo seu negócio ou exploração.

O princípio e a prática da solidariedade, considerada até no próprio caso da exploração, impuseram-se a partir da altura em que se verificou não existir outra alternativa; se não houvesse uma certa união de esforços no sentido de se garantirem certas formas de gestão, o mais provável seria o insucesso e o desaparecimento. Como é evidente, estas formas colectivas de exploração encontraram especial receptividade junto dos pequenos e médios agricultores, menos apetrechados e capazes do que os grandes lavradores para resolverem e ultrapassarem as suas dificuldades.

O cooperativismo foi então apresentado por certos doutrinadores como um princípio radical de reforma social; porém, junto dos agricultores, o coperativismo assumiu essencialmente uma feição prática. O objectivo era tentar obter custos mais reduzidos e aumentar os rendimentos, através da cooperação dos empresários ou exploradores da terra de uma mesma localidade ou de uma pequena região. Parecem ter sido extremamente raros aqueles que visavam, através do ideário cooperativo, modificar e transformar as estruturas agrárias. De facto, o princípio cooperativo, tão rico como o princípio liberal em inúmeras possibilidades, não conseguiu realizações apreciáveis senão em domínios bem determinados: a compra e venda de géneros agrícolas, o tratamento do leite e o fabrico da manteiga, por exemplo. Na Europa foram muito débeis e limitadas as tentativas de aplicação do cooperativismo no domínio da exploração em comum.

Deste modo, o cooperativismo apresentou uma expansão muito desigual e flutuante, não apenas entre os diferentes sectores de actividade, mas ainda segundo as regiões e as épocas. Ainda hoje podemos encontrar na Europa países que são fortemente cooperativos, outros que o são medianamente e outros onde as formas de organização cooperativa se mantêm num estado incipiente.

5.3 *A aspiração à igualdade*

A abertura do mundo rural às relações exteriores e a interdependência crescente da agricultura e dos outros sectores da economia originaram, já mais recentemente, uma permanente comparação entre a situação e o nível de vida dos agricultores e os da população industrial e urbana.

Constantemente solicitados por contactos com o exterior, os agricultores já não admitem continuarem num estado de inferio-

ridade como classe social, quer do ponto de vista material, quer cultural. Há uma aspiração, cada vez mais generalizada, de igualdade perante os meios de promoção humana e de rendimento económico, relativamente ao conjunto do país.

Enquanto os rurais constituíram um mundo à parte, as vantagens de que usufruíram os citadinos não eram conhecidas ou, pelo menos, não se tornavam suficientemente sensíveis às gentes do campo. A partir do momento em que as comunicações possibilitaram contactos mais frequentes, os rurais, sentindo-se minorados e desconsiderados pelos citadinos em virtude das suas particularidades «rústicas», adquiriram um crescente desejo de assimilar o que começaram a considerar como superior: a forma de vestir e falar foram sofrendo assim, gradualmente, um processo de «refinação». O modo de proceder e de ser dos citadinos passou a constituir o modelo a atingir.

Foi exactamente neste plano que o ideal da paridade ou igualdade se manifestou prioritariamente e alcançou as primeiras conquistas. A pretensão à paridade económica, inteiramente justificada em si mesma, é contudo muito mais difícil de se conseguir: com efeito, embora a agricultura se torne cada vez mais produtiva, o seu crescimento continuará a ser inferior ao crescimento global, o que mantém uma disparidade permanente entre o rendimento do trabalho agrícola e o dos outros sectores da economia.

Como quer que seja, esta aspiração tornou-se, desde a última guerra mundial, um princípio motor e dinâmico para o mundo rural. Ela postula uma vontade de progresso, inspira diferentes reivindicações agrícolas e estimula a organização dos agricultores entre si, bem como a sua intervenção activa na cena social e política [8].

6. Conclusão: caminhando para a integração na sociedade global

Ora, à medida que a agricultura vem recebendo o impacte do progresso técnico e que as suas aspirações se multiplicam e ganham conteúdo, a sociedade rural (entendida no seu sentido mais lato) vai-se integrando cada vez mais intimamente na sociedade global, especialmente em resultado das exigências económicas que, a ritmo acelerado, arrastam num movimento de conjunto as cidades e os campos. Tentemos agora extrair, sob a forma de uma síntese conclusiva, os grandes parâmetros desta integração.

6.1 *O quadro socioeconómico*

a) A transformação operada neste domínio resume-se fundamentalmente a um alargamento do contexto socioeconómico da

[8] A aspiração à igualdade exprime-se, explícita ou implicitamente, não apenas no acesso aos bens individuais de consumo, mas também na participação nos benefícios resultantes dos investimentos colectivos em diferentes domínios: ensino e promoção, saúde, equipamentos desportivos, culturais e de lazeres, etc.

agricultura, a que, por sua vez, corresponde uma modificação essencial no espírito ou *intenção do produtor*.

Outrora, a família rural mantinha-se autonomamente, tanto quanto lhe era possível, sem poder ultrapassar, como é evidente, um certo nível elementar de satisfação das suas necessidades. O agricultor produzia apenas com os seus próprios meios e de uma forma estritamente localizada. A sua exploracão ou empresa agrícola mantinha-se mais ou menos isolada, ainda que pudesse beneficiar da ajuda dos vizinhos. Assim, não existiam praticamente ramificações ou interesses económicos exteriores à comunidade rural.

Sem dúvida que, como já o dissemos, as cidades tinham necessidade dos campos para o seu conveniente abastecimento, e, deste modo, a agricultura, considerada genericamente, trabalhava para vender uma certa quantidade dos seus produtos. Será difícil avaliar qual seria, para o conjunto dos agricultores, a parcela solicitada pelo consumo e abastecimento das cidades. No entanto, o que importa salientar é que, para a maioria dos pequenos agricultores, a venda dos produtos não constituía o objectivo principal do seu esforço. Fundamentalmente, para eles, tratava-se mais de aproveitar os excedentes do que, propriamente, de obterem por esta forma um rendimento importante.

Esta situacão, ou estado de coisas, modificou-se completamente a partir do momento em que, para um grande e significativo número, o benefício a extrair da venda dos produtos passou a ser considerado um objectivo determinante da exploração agrícola. Tendo-se conservado, durante algum tempo, em equilíbrio com a ideia de auto-subsistência, este objectivo começou entretanto a suplantar a «mentalidade» tradicional dos agricultores de resolverem apenas por si próprios as suas dificuldades.

Tornando-se dominante, o espírito do lucro conduziu inevitavelmente à metamorfose completa da exploração agrícola: a tarefa vital — o esforco directo para a subsistência — deu lugar a uma empresa económica necessariamente ligada e condicionada aos aspectos do mercado. Toda a ambiência social da actividade camponesa deveria, logicamente, ser afectada por esta transformação radical da mentalidade tradicional. Como esta viragem psicossocial se foi gradualmente realizando no meio rural, compete à história da sociedade rural explicá-la e analisá-la.

b) Seja como for, esta evolução teve como resultado o *desenvolvimento das relações económicas*, ampliando o seu raio de acção. Esta expansão concretizou-se tanto a montante como a jusante da empresa de produção propriamente dita.

A montante, o empresário é solicitado pelos fornecedores de sementes, de adubos, de rações para o gado, de máquinas; isto traduz-se em visitas frequentes, deslocações a feiras, exposições e concursos agro-pecuários, bem como em transacções comerciais a efectuar.

A jusante, os produtores que passaram também a assumir a posição de vendedores criaram assim toda uma rede de contactos.

Eis, portanto, o agricultor na base de uma complexa cadeia de distribuição que ultrapassa em muito, quer no tipo, quer na distância, o pequeno mercado da aldeia vizinha, e englobando mesmo grandes comerciantes e industriais da região.

Torna-se desnecessário salientar o impacte que estas relações, de área de influência variável, provocaram no modelo tradicional da vida rural. Daqui em diante trata-se de dialogar com «um outro mundo», falando uma linguagem diferente, fortemente marcada pelo sentido comercial, mundo esse, em todo o caso, estranho a toda a antiga solidariedade dos agricultores.

c) Por outro lado, deve notar-se a *expansão dos mercados agrícolas,* pois que se trata de uma das características da evolução realizada que mais profundamente revolucionaram as formas de actuar e até o quadro mental do agricultor.

Antigamente, o agricultor que tinha produtos para venda deslocava-se à aldeia mais próxima para tratar do seu negócio. Muitas vezes, até o produtor não precisava de lá ir, pois recebia em sua casa a visita dos compradores. Um certo número de intermediários, dos quais frequentemente era vítima, interpunham-se junto dele para inúmeras transacções e entre si debatiam o nível dos preços. De qualquer maneira, esta órbita de acção era muito limitada.

A passagem do nível do mercado local ou regional para o do mercado nacional ou internacional alterou subitamente a limpidez desta relação. Com efeito, desde meados do século XIX que os preços mundiais dos géneros primários (cereais, carne, etc.) começaram a pesar seriamente nos preços nacionais, já de si muito complexos. A fixação de tais preços, quer proveniente de um mercado livre, quer determinada por uma intervenção governamental, ultrapassa e afecta daqui em diante, não apenas as possibilidades de acção, mas ainda, de uma forma geral, a compreensão e a capacidade do produtor individual, que deixa de ter qualquer papel neste campo.

Dependendo de um mercado longínquo, o produtor agrícola passou a ficar submetido às condições impostas pelo consumidor (escolha de produtos, apresentação, etc.) e também, simultaneamente, pelo distribuidor (entrega regular da mercadoria, possibilidade de armanezamento e de conservação, acondicionamento, etc.). Deste modo, o agricultor viu-se envolvido num circuito de obrigações e de obstáculos que forçosamente se hão-de repercutir nas técnicas de produção e de gestão, na estrutura da empresa agrícola e em todo o contexto social ou sociedade agrária em que ele se inseria.

Foi esta transposição da economia rural de um plano para o outro que rompeu o equilíbrio tradicional da vida no campo, aparecendo então desde logo um sistema de produção integrado na economia global. O «camponês» dava lugar ao «produtor agrícola».

d) Outro aspecto fundamental a considerar tem lugar na esfera do que se pode designar como *o suporte ou sustentáculo social*

da empresa. Outrora, esta última era solidária, em certa medida, com a comunidade vizinha que a envolvia e no seio da qual cada um mantinha as relações de entreajuda que eram hábito desde longa data.

Nas circunstâncias actuais, se o empresário faz parte de uma cooperativa ou associação, contrai laços contratuais, subscritos e datados, com outros empresários que frequentemente não conhece, a menos que a cooperativa se limite ao quadro local, o que é raro. A cooperativa de aldeia não é, normalmente, senão um ramo de uma organização estabelecida numa base regional ou nacional.

6.2 *O contexto cultural*

Se a evolução do mundo rural foi essencialmente motivada e acelerada por acontecimentos de ordem económica, quer internos, quer externos, ela não se limitou ao plano da empresa agrícola, tendo-se estendido a outros sectores da vida social. No plano cultural, esta incidência manifestou-se particularmente por um alargamento de horizontes. Vejamos as novas dimensões neste domínio:

a) Primeiramente, *o ensino de base.* A frequência da escola primária caracterizava-se por ser irregular, não expressamente desejada nem sentida como necessária, por vezes mesmo aleatória, do que resultava haver uma parte apreciável de jovens que não era escolarizada. A entrada em vigor do ensino obrigatório fez tombar rapidamente estas taxas elevadas de analfabetização.

Por outro lado, o próprio tipo de ensino e o conteúdo das respectivas matérias se modificaram radicalmente. Outrora, o conhecimento e a informação baseavam-se numa intuição directa das coisas, mais ou menos complementada pela experiência transmitida pelos mais velhos. Hoje, passando para o plano escolar, a instrução tornou-se sistemática e organizada.

b) Por outro lado, com o progresso e a *difusão da informação mundial,* a comparação dos tipos e níveis de vida, já assinalada anteriormente, tornou-se um facto corrente, mesmo nas zonas rurais mais afastadas. O fluxo humano de entradas e saídas, multiplicando-se, origina um contacto permanente.

Simultaneamente, em certas zonas (em especial na periferia das grandes cidades), os centros rurais tornaram-se residência permanente de operários industriais, empregados, funcionários de serviços públicos, cujo modo e nível de vida são fundamentalmente diferentes dos dos agricultores. Produz-se, assim, uma espécie de informação viva, recebida por osmose lenta e contínua, que multiplica as possibilidades e oportunidades de comparação das coisas, das atitudes e das ideias, com uma incidência directa na aferição de valores das populações rurais.

6.3 *A área das relações sociais*

A profunda evolução da vida rural traduz-se, por último, duma forma ainda mais geral, no contexto social.

Hoje em dia, todas as actividades dos rurais, quer na vida económica, quer na cultural, se projectam fora do âmbito local; cada vez mais se processam no exterior: frequência escolar, acesso aos lugares de trabalho, recurso aos serviços administrativos, reuniões profissionais, encontros desportivos, etc. Enquanto antigamente a rede de relações do rural se encontrava confinada ao seu circulo de vizinhança, no presente ela prolonga e dispersa as suas antenas.

Enfim, a percepção das novas necessidades, a tendência para a paridade dos tipos de vida, as facilidades de comunicação, conduziram os rurais a sofrer uma influência crescente e sedutora das cidades. Na verdade, é a cidade, com os seus inúmeros estabelecimentos e variedade de comércio, que satisfaz um grande número das suas necessidades já adquiridas.

É dela que emanam os elementos de publicidade e informação geral que atingem e preocupam os rurais. É ela, simultaneamente, que apresenta os modelos económicos e culturais para os quais se inclinam as populações rurais. Deste modo, as cidades, grandes ou médias, constituem para o mundo rural um pólo intenso de atracção.

A evolução que acabámos de descrever em traços largos acabou por desfigurar a vida rural, pelo menos nas regiões por ela mais atingidas, em quase tudo o que tinha de essencial.

Iniciada há dois séculos, esta transformação pareceu destinada durante muito tempo a um ritmo demasiado lento e a um campo de acção relativamente restrito. Porém, há algumas décadas desencadeou-se neste domínio uma aceleração súbita e surpreendente. Métodos, estruturas agro-sociais, mentalidades, mudaram tão rapidamente que se pode mesmo falar duma verdadeira «revolução». Um impulso generalizado de mudança precipitou-se com tal intensidade que neste momento se torna difícil avaliar o seu alcance, pois que está constantemente em curso, arrastando consigo, ao mesmo tempo, as populações rurais que dela participam.

Precisemos, no entanto, que esta mutação se vem completando de forma e a ritmo muito desiguais, segundo as regiões e os países em que se processa. É com esta reserva que gostaríamos de terminar este breve estudo sobre o mundo rural contemporâneo, nomeadamente em referência às novas dimensões da sociologia rural, que tanto desejamos possam também vir a ter oportunidade de serem estudadas e aprofundadas no nosso país.